

DIFERENÇAS ENTRE OS SEXOS E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA

(nota crítica)*

Roger Chartier**

Num texto soberbo, intitulado "O sexo nem verdadeiro nem falso", Louis Marin comenta o mito do Hermafrodita tal como é contado por Ovídio no quarto livro das Metamorfoses. Para ele, é a esfera imóvel e eterna do Ser, unindo de maneira indestrutível o masculino e o feminino, "que, sob a forma da prece e do *votum*, a Náiade do mito ovidiano deseja constituir para sempre, mas no tempo : "Tu te debates em vão, cruel, ela grita , tu não escaparás. Deus ordenou que nunca se veja separado de mim nem eu separado dele". Bissexualidade originária da qual o mito do Hermafrodita constituirá a narrativa. E no entanto, basta reler o voto de Salmacis, ninfa de violência masculina a respeito do excessivamente feminino Hermafrodita, para descobrir, na linguagem do poema, a outra face da bissexualidade: o trabalho da diferença, a potência do neutro; não "Oh Deus! Fazei, com que sejamos para sempre unidos em um só corpo", mas "Ordene, oh Deus, que ele não seja jamais separado de mim nem eu dele". Este é o gesto do neutro cuja afirmação da união só pode ser dita pela negação do desejo

* A prósito da *Histoire des femmes en Occident*, sob a direção de Georges DUBY e Michelle PERROT, t. III, Le XVI-XVIII sicle (sob a direção de Natalie ZEMON DAVIS e ARLETTE FARGE), Paris, Plon, 1991, p. 558.

Este artigo foi publicado na *Revista Annales ESC*, juillet-août 1993, nº 4, pp. 997-998, e faz parte de uma série de leituras críticas apresentadas num colóquio realizado na Sorbonne, em 1992, a propósito da "Histoire des Femmes en Ocident" e publicado posteriormente nas Atas do colóquio (Paris, Plon, 1993). Agradecemos a especial gentileza do professor Roger Chartier em autorizar a sua tradução e publicação nos *cadernos pagu*.

Tradução de Sheila Schwarzman Doutoranda em História Social, IFCH-UNICAMP.

** Diretor de Investigações na Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais.

impossível da não-diferença".¹ De um lado, o mito representa, formula, efetua a dissolução impossível dos contrários e resolve a intransponível distância que separa os dois sexos. De outro, instala no coração da sua narrativa o trabalho indelével da diferença.

É no interior dessa tensão, inscrita numa historicidade particular, designada comodamente como Idade Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, que gostaria de propor três reflexões em forma de questão à história das mulheres - entendendo por isso o empreendimento dirigido por Michelle Perrot e Georges Duby, e um campo de pesquisa constituído atualmente como tal.

Uma primeira interrogação, temível, poderia ser assim formulada: quais são os limites de validade e os critérios de pertinência da oposição entre feminino e masculino? A questão é essencial para um projeto intelectual definido como uma história social da diferença entre os sexos, portanto, como uma história de suas relações. Nessa perspectiva, a tentação é forte, e grande o risco, de remeter a uma identidade feminina, tida por específica, distâncias e oposições que advêm, de fato, de outros princípios de diferenciação.

Examinemos o exemplo da escrita feminina, ou melhor, da relação das mulheres com a escrita, caracterizada no século XVII e XVIII (e talvez ainda no século XIX) por um certo número de traços: o recurso freqüente ao anonimato ou ao pseudônimo que dissimula a identidade verdadeira do autor; a distância em relação à edição, a destinação das obras a um público restrito, próximo, cúmplice. Deve-se, por isso, concluir que estes traços singularizam uma escrita feminina contida e dominada, privada de propriedades que, majoritariamente,

¹ MARIN, Louis: "Le sexe ni vrai ni faux", IN *Lectures traversires*. Paris, Albin Michel. 1992, pp 289-295 (citação p. 294).

qualificam a escrita masculina: o nome próprio, a difusão impressa, a busca de um público grande, anônimo e longínquo? Ou antes, não será melhor inscrever esta relação com a escrita num modelo mais amplo que não é necessariamente sexuado e que constitui uma alternativa - que se pode dizer "aristocrática", mesmo se todos que a adotam não pertencem à nobreza, longe disso - às leis que governam o mercado do livro? Razões significativas (sociais, éticas, jurídicas) explicam porque as mulheres que enveredaram pela escrita se conformaram, em grande maioria, a convenções e usos mais conformes com sua posição marginal e dominada, do que às normas da edição para o mercado. Isso não implica descrever estas convenções e seus usos como qualificantes, na sua diferença radical, uma originalidade feminina.

A questão é importante, se se pretender evitar que a história das mulheres não reproduza, pela infelicidade, algumas das simplificações da antiga história social, que remetia todas as clivagens e todos os contrastes a um princípio único de diferenciação: a posição dos grupos ou das classes na escala de condições e de riqueza. O risco de investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal está sempre presente. Conforme mostram os exemplos práticos de escrita supostamente "própria" às mulheres, o essencial é deslocar a atenção, para apoiá-la nos usos sexualmente diferenciados dos modelos culturais comuns aos dois sexos. Desta forma, não se contentar com um diagnóstico prematuro caracterizando uma especificidade à partir de uma diferença, mas definir a natureza e o assento desta diferença que, mesmo marcando a prática feminina, pode encontrar sua razão num código de comportamento partilhado pelos dois sexos.

Segunda questão: que diferenciação fazer entre a dominação masculina e a dominação simbólica que supõe a adesão dos próprios dominados às categorias e recortes que fundam sua sujeição? A observação tem pertinência particular para um estudo do período moderno, entre o século XVI e XVIII, que conhece os avanços do "processo de civilização" (segundo a expressão de Norbert Elias) e onde o confisco - ao menos como tendência - do uso da força pelo Estado absolutista conduz a um recuo da violência bruta, a uma pacificação das relações entre os indivíduos, à substituição dos afrontamentos imediatamente corporais por lutas simbólicas.

Neste período, mais do que no anterior, a construção da identidade feminina se enraíza na interiorização pelas mulheres, de normas enunciadas pelos discursos masculinos. A ênfase deve, assim, ser colocada sobre os dispositivos que asseguram a eficácia desta violência simbólica que, como escreveu Pierre Bourdieu, "só triunfa se aquele(a) que a sofre contribui para a sua eficácia; ela só o submete na medida em que ele (ela) é predisposto por um aprendizado anterior a reconhecê-la".² Um objeto maior da história das mulheres é então o estudo dos discursos e das práticas, manifestos em registros múltiplos, que garantem (ou devem garantir) que as mulheres consintam nas representações dominantes da diferença entre os sexos: desta forma a divisão das atribuições e dos espaços, a inferioridade jurídica, a inculcação escolar dos papéis sociais, a exclusão da esfera pública, etc. Longe de afastar do "real" e de só indicar figuras do imaginário masculino, as representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas e mostradas, se inscrevem nos pensamentos e nos corpos de umas e de outros.

² BOURDIEU, Pierre: *La noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Les Éditions de Minuit, 1989, p. 10.

Uma tal incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações. Como prova, de início o "efeito de beleza". Para as mulheres, se conformar aos cânones corporais (moveis e variados, inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação. O "efeito de beleza" deve ser entendido como uma tática que mobiliza para seus próprios fins, uma representação imposta - aceita mas que se volta contra a ordem que a produziu.³ Como provam também, as apropriações femininas dos modelos clericais, ou seja masculinos, que, de um lado e de outro da fronteira religiosa, definem estritamente os arquétipos da santidade, as funções eclesiais, as formas de espiritualidade e as práticas devotas que convêm a cada um dos sexos.⁴ Mas, como mostra o exemplo espanhol, onde, justamente, a concentração religiosa das mulheres em espaços específicos e controlados é muito significativa, a invenção espiritual feminina transborda os limites impostos, embaralha os papéis, desloca as convenções: "Al margen de la polarización establecida entre la monja y la casada, polarización creada por la estructuración en estados, queda todo un repertorio de actuaciones y vivencias de la espiritualidad femenina" (À margem da polarização estabelecida entre a freira e a mulher casada, polarização criada pela estruturação da sociedade em estados, existe todo um repertório de condutas e de experiências da espiritualidade feminina).⁵

³ NAHOUM-GRAPPE, Véronique: "La belle femme", IN *Histoire des femmes en Occident, t. III, Le XVI-XVIII siècle*, pp. 95-109.

⁴ SCHULTE VAN KESSEL, Elisja: "Vierges et mres entre ciel et terre. Les chrétiennes des premiers temps modernes", *ibid*, pp. 141-174.

⁵ MARTINEZ-BURGOS, Palma: "Experiencia religiosa y sensibilidad femenina en la España Moderna", IN *Historia de las mujeres en Occidente*, sob a direção de Georges DUBY e Michelle

Desta forma, reconhecer os mecanismos, os limites e, sobretudo os usos do consentimento é uma boa estratégia para corrigir o privilégio amplamente concedido pela história das mulheres às "vítimas ou rebeldes", "ativas ou atrizes do seu destino", em detrimento "das mulheres passivas, vistas muito facilmente como consentidoras de suas situações, embora justamente a questão do consentimento seja o ponto central no funcionamento de um sistema de poder, seja ele social e/ou sexual".⁶ Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência.

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal. O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como "natural", portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções. Como escreve Thomas Laqueur, "as noções anteriores de diferença ou de identidade determinam o que se vê do corpo e o que dele se conta (...) todo sinal de diferença, ou quase, depende de uma teoria subjacente, ou do contexto, levando a decidir aquilo que tem valor de prova ou

PERROT, t.III, *Del Renacimiento e la Edad Moderna*, sob a direção de Arlette FARGE e Natalie ZEMON DAVIS, pp. 570-583.

⁶ FARGE, Arlette e PERROT, Michelle: "Au-delà du regard des hommes", *IN Le Monde des Débats*, nº 2, novembro 1992. pp. 20-21.

não".⁷ A leitura a-histórica da separação entre o masculino e o feminino é historicamente datada, ligada ao desaparecimento das representações médicas da semelhança entre os sexos, substituídas pelo inventário indefinido de suas diferenças biológicas. A partir do fim do século XVIII, o "discurso dominante (que) via nos corpos machos e fêmeas um só e mesmo sexo ordenado hierárquica e verticalmente" sucede "uma anatomia e uma fisiologia sem medida comum".⁸

Inscrita nas práticas e nos fatos, organizando a realidade e o quotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e dominação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legitima. É desta forma que a divisão do trabalho segundo os sexos na época da Revolução Industrial é "produzida" por todos os discursos - da economia política, das legislações estatais, das demandas dos empregadores, das reivindicações sindicais - que enraízam numa diferença de natureza a oposição entre atividade doméstica e atividade assalariada, entre função reprodutora e trabalho produtivo, entre o lar e a fábrica. Para Joan W. Scott, são estes discursos que provocaram "uma divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certas atividades, colocando-as sempre abaixo na hierarquia profissional, e estabelecendo salários a níveis insuficientes para sua subsistência".⁹ Longe de ser o reflexo ou a representação das evoluções econômicas, a noção de divisão "natural" das tarefas segundo os sexos deve então, ser considerada como um fator do desenvolvimento industrial, como uma justificação, em nome de uma definição ideal das tarefas próprias às mulheres, da condição inferior que

⁷ LAQUEUR, Thomas: *La fabrique du sexe. Essai sur le corps et le genre en Occident (1990)*. Paris, Gallimard, 1992, p.38.

⁸ *Ibid*, p. 24 e p.19.

⁹ SCOTT, Joan W.: "La travailleuse", IN *Histoire des femmes en Occident, op. cit. t IV, Le XIXe. siècle*, sob a direção de Genevieve FRAISSE et Michelle PERROT. Paris, Plon, 1991, pp.419-444. (citação p. 428)

lhes é atribuída no mercado de trabalho manufatureiro. As lições de um tal exemplo valem por todas as análises que, sem sucumbir às tentações da "linguistic turn" (que termina por esquecer que existem posições ou interesses sociais exteriores ao discurso), entendem ligar construção discursiva do social e construção social do discurso.

A última questão que gostaria de reter é a da "temporalidade da história das relações entre os sexos" - uma temporalidade que poderia, que deveria ser outra que não "aquela emprestada da historiografia tradicional".¹⁰ O primeiro problema aqui colocado concerne os recortes cronológicos específicos à história das mulheres. Olhando os cinco tomos do empreendimento dirigido por Michelle Perrot e Georges Duby, vê-se que a tarefa não é fácil: de um lado, eles se instalaram nos quadros os mais clássicos da periodização histórica (Antigüidade, Idade Média, Época Moderna, séculos XIX e XX); de outro lado, no interior dos recortes aceitos desta forma, sua construção não leva em conta as cesuras maiores capazes de organizar um tempo próprio da história das mulheres. Se na sua segunda parte, o volume consagrado à Idade Média é construído a partir de duas rupturas fundamentais (o início do século XI e depois meados do século XIII), esta cronologia é ditada pelas próprias fontes, que são a tradução de mutações globais: de um lado, o reforço da ordem feudal, e de outro, os progressos da cultura escrita e a emergência do Estado real. Da mesma forma, se o volume dedicado ao século XIX isola duas épocas específicas - a Revolução, que presencia o significativo engajamento de mulheres na ação política e na produção do discurso público, ao mesmo tempo em que se dá a sua exclusão da cidadania, e os anos *fin-de-siècle*, caracterizados, ao mesmo tempo, pela idade

¹⁰ FARGE, Arlette e PERROT, Michelle: *art.cit.*, p. 21.

de ouro do feminismo e a crise das identidades sexuais -, ele é feito retomando os recortes consagrados.

A questão colocada por Christiane Klapisch-Zuber permanece aguda : "A história das mulheres pode ser concebida sem uma periodização original? O estabelecimento de uma cronologia que lhe seja própria é um investimento importante".¹¹ Até agora a resposta tem sido predominantemente negativa. Por quê? Uma primeira razão se deve ao próprio projeto que define a história das mulheres como a história da relação entre os sexos, portanto, como uma medida dos efeitos das grandes mutações históricas sobre esta relação, seja qual for a ordem: econômica, social, política, religiosa, etc. A partir daí, é inteiramente legítimo que uma aproximação deste tipo utilize os marcos consagrados que dão ritmo à história ocidental. Mas há outra razão que torna difícil perceber as articulações específicas em uma tal história: ela remete à inércia, nas longas durações, as representações que fundam em essência a estranheza, a inferioridade e a exclusão femininas. Estas representações inspiram camadas de discursos (ou de imagens) que constituem, nos vários séculos, modelos de compreensão com variações restritas e repetições incansáveis, e que , como se pode esperar, só se modificam quando se transforma o mundo social todo .

Donde uma última questão: como dar conta da evolução da dependência feminina entre a Idade Média e o século XIX? É grande a tentação de descrevê-la como a história de uma diminuição das possibilidades abertas às mulheres - uma diminuição que concerne todos os domínios da existência social. Às sociabilidades letradas da Renascença, que lhes atribui um grande papel, sucedem-se as academias patenteadas e protegidas,

¹¹ KLAPISCH-ZUBER, Christiane: "Introduction", IN *Histoire des femmes en Occident, op. cit. , III, Le Moyen Age*, sob a direção de Christiane KLAPISCH-ZUBER. Paris, Plon, 1991, p. 16

exclusivamente masculinas, deixando às mulheres o governo de assembléias menos legítimas - como os salões.¹² Às rivalidades de casas nobres e de linhagens que marcam as lutas políticas dos séculos XVI e XVII, e onde as mulheres encontravam seu lugar, sucede a sua marginalização na esfera pública que se constitui no século XVIII, a partir das sociabilidades masculinas¹³, depois, com a Revolução, a rejeição da sua cidadania.¹⁴ À relativa indistinção sexual que caracterizava inúmeras condições e estados na Idade Média ou no século XVI, sucede-se a limitação das mulheres a profissões consideradas pelos homens (e muitas vezes por elas mesmas) como próprias ao seu sexo.¹⁵ O grande mérito de uma leitura apoiada sobre estas constatações, que diagnosticam uma redução dos papéis que a mulher poderia ter, é evitar a armadilha de uma história linear que traça a progressiva conquista de autonomia e de igualdade femininas, demarcadas por combates heróicos e figuras exemplares. Seu perigo é reintroduzir um esquema inverso, bem conhecido dos historiadores da cultura, onde a partilha e a palavra dão lugar à exclusão e ao silêncio. Esse modelo de inteligibilidade foi muito útil: foi mobilizado para qualificar as mutações culturais que se operaram no século XIII, no século XVII, ou ainda na segunda metade do século XIX. Explícita ou implicitamente, ele habita a

¹² CHARTIER, Roger: "L'Uomo di lettere", IN *L'Uomo dell'Illuminismo*, sob a direção de Michel VOVELLE. Bari, Editori Laterza, 1992, pp. 143-197, em particular pp. 158-171.

¹³ Cf. "Forum: The Public Sphere in the Eighteenth Century" que compreende as contribuições de: GORDON, Daniel, "Philosophy, Sociology, and Gender in the Enlightenment Conception of Public Opinion"; de BELL, David, "The Public Sphere", the State, and the World of Law in Eighteenth Century France"; e de MAZA, Sara, "Women, the Bourgeoisie, and the Public Sphere: Response to Daniel GORDON and David BELL" publicado pela French Historical Studies, vol. 17, nº 4, Fall 1992, pp. 881-956.

¹⁴ FRAISSE, Genevieve: *Muse de la Raison. La démocratie exclusive et la différence entre des sexes*. Aix-en-Provence, Alinéa, 1989.

¹⁵ PELLEGRIN, Nicole: "L'androgynie au XVIIe.sicle: pour une relecture des savoir", IN *Femmes et pouvoirs sous l'Ancien Régime*, sob a direção de Danielle HAASE-DUBOC et Eliane VIENNOT. Paris, Rivages, 1991, pp. 11-48.

história das mulheres na Época Moderna cuja trajetória seria de um confinamento crescente, de uma exclusão maior.

O que está em jogo aqui é a própria definição dos poderes femininos permitidos numa situação de sujeição e de inferioridade. Será necessário compreendê-los como a autoridade plena que as mulheres detêm numa esfera limitada - uma autoridade, aliás, muitas vezes exercida em detrimento de outras mulheres? Como uma participação limitada e minoritária nos poderes dos homens? Como contra-poderes sedutores, secretos e ilícitos? Ou ainda como uma reapropriação e um desvio (que é retorno contra o dominador) dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina? A construção de uma periodização própria da história das mulheres depende da articulação - historicamente variável e particular de cada configuração social - destas diferentes modalidades do poder das mulheres. É ao desembaraçar as relações que elas têm umas com as outras que se poderá, para cada momento histórico, "compreender como uma cultura feminina se constrói no interior de um sistema de relações desiguais, como ela mascara as falhas, reativa os conflitos, enquadra tempos e espaços, como enfim ela pensa suas particularidades e suas relações com a sociedade global".¹⁶

¹⁶ DAUPHIN, Cécile; FARGE, Arlette; FRAISSE, Genevive et alii: "Culture et pouvoir des femmes: essai d'historiographie", *IN Annales ESC, mars-avril, n^o 2, 1986, pp. 271-293.*